



## **Regulamento para obtenção de fotografias e similares por entidades privadas em Instalações Escolares**

### *Artigo 1.º*

#### **Objeto**

O objeto do presente regulamento consiste no estabelecimento de normas para obtenção de fotografias e similares por entidades privadas em Instalações Escolares da Unidade Orgânica EBI de Ginetes.

### *Artigo 2.º*

#### **Competência**

A autorização para obtenção de fotografias e similares por entidades privadas em Instalações Escolares da Unidade Orgânica EBI de Ginetes é da responsabilidade do respetivo Conselho Executivo.

### *Artigo 3.º*

#### **Procedimento**

A autorização para obtenção de fotografias e similares por entidades privadas em Instalações Escolares da Unidade Orgânica EBI de Ginetes carece do seguinte procedimento:

1º- Comunicação por escrito ao Conselho Executivo, em modelo próprio da entidade prestadora do serviço, indicando o tipo de serviço a prestar e proposta de data e valores envolvidos;

2º- Análise da proposta e aceitação das condições por parte do Conselho executivo, comunicando por escrito à entidade prestadora do serviço, ou propondo alteração de data para se adequar às atividades letivas já calendarizadas;

3º- Após definição da data e do serviço a prestar, comunicação por escrito desta informação aos respetivos encarregados de educação.

2. O Conselho Executivo reserva-se o direito de não aprovar obtenção de fotografias e similares por entidades privadas em Instalações Escolares da Unidade Orgânica - EBI de Ginetes, procedendo este a uma justificação por escrito do facto à respetiva entidade.

#### *Artigo 4.º*

### **Pagamentos**

1. Na comunicação por escrito aos encarregados de educação deverá constar o seguinte:

- designação da tipologia de serviço a prestar;
- designação da entidade prestadora de serviço;
- descrição pormenorizado do serviço a prestar;
- indicação da data e horário da prestação do serviço;
- indicação de uma data limite e posterior à da prestação do serviço para pagamento do mesmo da parte de cada encarregado de educação;
- opção para aceitação ou não, da parte do encarregado de educação/ professor, da referida prestação de serviço em zona destacável.

2. A não entrega do valor em numerário na data limite por parte do encarregado de educação/ aluno, implica a não prestação do serviço independentemente da opção escolhida.

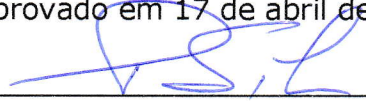
3. Os valores em numerário deverão ser entregues presencialmente pelos encarregados de educação/ aluno ao prestador do serviço, não havendo qualquer tipo de responsabilidade da escola neste processo.

#### *Artigo 5.º*

### **Casos Omissos**

Os casos omissos resultantes da aplicação deste Regulamento serão decididos pelo Conselho Executivo da Unidade Orgânica.

Aprovado em 17 de abril de 2018

  
\_\_\_\_\_  
(Paulo Alexandre Oliveira Silva)